

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1 APRESENTAÇÃO

Por meio deste relatório de administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2017.

2 AMBIENTE MACROECONÔMICO

O relatório FOCUS do BCB aponta o cenário de modesta recuperação da economia para 2017. A expectativa é que a inflação continue a cair. Em junho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulava 3% em 12 meses e o Produto Interno Bruto mantinha crescimento estável em 0,50%. Os dados do BCB mostram, ainda, que essa expansão teve forte influência da agropecuária, cujo PIB setorial deve crescer 6,4% neste ano. Os segmentos de indústria e serviços, no entanto, devem apresentar estabilidade. O consumo das famílias, que ficou negativo em 2016, tem projeção de crescimento de 0,5% em 2017. A constante queda da SELIC colabora para a melhoria do nível da economia brasileira e reforça o quadro de recuperação do país. Com relação à taxa de desemprego da população brasileira, encerrou o sexto mês de 2017 em 13%, com 13,486 milhões de pessoas desocupadas, crescimento de 16,4% em relação a junho de 2016. A produção industrial apresentou no primeiro semestre acumulado acréscimo de 0,5%.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

O total de caixa e equivalentes auferidos em junho de 2017 apresentaram uma redução de 4,96% frente ao mesmo período do ano anterior, atingindo um patamar de R\$ 368,775 milhões. A carteira de operações de crédito no período totalizou R\$ 733,754 milhões, apresentando crescimento de 7,07% em relação a junho de 2016. O setor público representou 26,96% do total da carteira, o setor privado 69,97% e o rural 3,07%. As operações de crédito contratadas em 2017 totalizaram R\$39,574 milhões, retração de 67,02% em relação ao mesmo período de 2016, resultado ainda sobre o efeito do mercado recessivo e instabilidade política. As contratações destinadas aos municípios representaram 40,67% e ao setor privado 59,33% do total. Apesar da diminuição geral, observa-se elevação pela procura da linha BNDES Progeren (R\$ 12,300 milhões), com acréscimo de 74,47% em relação ao mesmo período de 2016, e o início da linha BNDES Procapcred com 59 novas operações somando R\$ 548 mil.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017 a receita intermediação financeira apresentou R\$ 74,986 milhões, 3,46% menor que no mesmo período em 2016, com queda tanto nas operações de crédito como no resultado de operações com títulos e valores mobiliários. Apesar desta queda na receita o resultado do exercício saiu de R\$ 2,798 milhões em 2016 para

R\$ 12,066 milhões em 2017, influenciado pela queda do provisãoamento para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 17,678 em 2017 e R\$ 25,005 milhões em 2016) e pela redução da provisão para imposto de renda e contribuição social (R\$ 7,026 em 2017 e R\$ 9,526 milhões em 2016), resultando numa lucratividade de 16,09%. Encerra-se o período com liquidez de curto prazo em 4,21 e geral (curto e longo prazo) em 2,08, demonstrando capacidade de honrar os compromissos em caso de solvência. O total do endividamento representa 91,91% do patrimônio líquido, com o perfil de vencimento de 26,26% nas contas em curto prazo, em sua maioria obrigações de repasse ao BNDES, FINAME e FINEP. Os dados denotam boa liquidez, lucratividade e endividamento sob controle.

5 PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O Badesc participa de eventos de entidades de classe e outras instituições por intermédio de apoio institucional, contribuições filantrópicas, realiza promoções e relações públicas, destacando 1,5% da receita operacional bruta de 2016. Também opera e mantém uma Fundação Cultural, criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, tendo como objetivo fomentar a cultura através de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, programas de ações educativas, apoio cultural com investimentos financeiros através da lei Rouanet.

A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE.....	542.843	533.248
Disponibilidades (nota 3l).....	18	16
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	331.741	355.196
Carteira Própria	331.741	355.196
Operações de Crédito (nota 5)	195.335	169.021
Setor Público	107.708	76.737
Setor Privado	112.681	107.907
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(25.054)	(15.623)
Outros Créditos.....	9.840	2.993
Diversos(nota 6a)	9.849	3.001
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(9)	(8)
Outros Valores e Bens	5.909	6.022
Outros Valores e Bens (nota 7)	7.192	7.165
(-) Provisões para Desvalorizações.....	(1.467)	(1.446)
Despesas Antecipadas.....	184	303
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	480.416	479.278
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	37.034	32.811
Carteira Própria	37.034	32.811
Operações de Crédito (nota 5).....	439.475	440.781
Setor Público	90.097	67.296
Setor Privado	423.268	433.376
(-) Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(73.890)	(59.891)
Outros Créditos	3.907	5.686
Diversos (nota 6a)	4.437	6.448
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (nota 6b).....	(530)	(762)
PERMANENTE.....	2.545	2.715
Investimentos	108	108
Outros Investimentos.....	4.225	4.225
(-) Provisão para Perda	(4.117)	(4.117)
Imobilizado de Uso (nota 8).....	2.437	2.607
Imóveis de Uso.....	3.548	3.548
Outras Imobilizações de Uso.....	4.357	4.226
(-) Depreciações Acumuladas	(5.468)	(5.167)
Intangível (nota 8).....	-	-
Ativos Intangíveis	1.429	1.429
(-) Amortização Acumulada	(1.429)	(1.429)
TOTAL DO ATIVO	1.025.804	1.015.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TOTAL DO PASSIVO
1.025.804**1.015.241**
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

	2017	2016
	Semestre	Semestre
Operações de Crédito	74.986	77.674
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	55.482	53.064
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	19.504	24.610
Operações de Empréstimos e Repasses	(32.803)	(40.963)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 5h).....	(15.125)	(15.958)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.....	(17.678)	(25.005)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS.....	42.183	36.711
Rendas de Tarifas Bancárias	(23.661)	(24.292)
Despesas de Pessoal.....	1.036	1.671
Outras Despesas Administrativas.....	(19.980)	(19.102)
Despesas Tributárias.....	(4.440)	(4.632)
Outras Receitas Operacionais.....	(2.956)	(2.941)
Outras Despesas Operacionais.....	3.034	1.229
RESULTADO OPERACIONAL	(355)	(517)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.522	12.419
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	688	(95)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (nota 14).....	19.210	12.324
Provisão para Imposto de Renda	(7.079)	(9.526)
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	(3.927)	(5.287)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(3.152)	(4.239)
Lucro por Ações do Semestre	12.131	2.798
	0,0576	0,0133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2017
2016
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital	Reservas	Lucros (prejuízos)	Total
	Realizado	de Lucros	Acumulados	
Saldo do Início do Semestre em 01/01/2017	530.205	-	(6.474)	523.731
Lucro Líquido do Semestre	-	-	12.131	12.131
Destinações				
-Reservas de Lucros	-	4.313	(4.313)	-
-Dividendos Propostos	-	-	(1.344)	(1.344)
Saldo em 30/06/2017	530.205	4.313	-	534.518
Mutações do Período	-	4.313	6.474	10.787
Saldo do Início do Semestre em 01/01/2016	530.205	6.449	-	536.654
Reversão dos Dividendos				
Propostos no Exercício de 2015	-	2.003	-	2.003
Lucro Líquido do Semestre	-	-	2.798	2.798
Destinações				
-Reservas de Lucros	-	2.135	(2.135)	-
-Dividendos Propostos	-	-	(663)	(663)
Saldo em 30/06/2016	530.205	10.587	-	540.792
Mutações do Período	-	4.138	-	4.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Semestre.....	12.131	2.798
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Semestre com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais:		
Constituição (Reversão) da Provisão para Risco de Crédito	17.684	26.220
Constituição (Reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	(2.682)	(464)
Constituição (Reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	22	1.058
Constituição (Reversão) da Provisão para Outros Créditos	(266)	(1.187)
Constituição (Reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	7.079	9.526
Depreciação/Amortização	140	193
Lucro Líquido Ajustado	34.108	38.144
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais:		
Titulos e Valores Mobiliários.....	(1.982)	(2.069)
Operações de Crédito	(8.743)	(23.597)
Outros Créditos	(5.636)	1.681
Outros Valores e Bens	(29)	(2.892)
	(16.390)	(26.877)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Obrigações Sociais e Estatutárias	-	(10.545)
Outras Obrigações	(8.108)	(8.636)
	(8.108)	(19.181)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.610	(7.914)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aumento)/Diminuição Líquida do Ativo Imobilizado	(123)	(29)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(123)	(29)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	7.894	20.062
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.894	20.062
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	17.381	12.119
Modificações na Posição Financeira		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre.....	314.378	343.093
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre (nota 3l).....	331.759	355.212
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	17.381	12.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial “Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC”, constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc**.

Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avalia os eventos subsequentes até 15 de agosto de 2017, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apropriação de Receitas e Despesas

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e Passivos Circulantes e Realizáveis a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de Uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo Intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Operações de Crédito e Obrigações por Repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado “pro-rata temporis”, até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para Operações de Crédito e com Característica de Operações de Crédito

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição estabelecidos na Resolução da Diretoria nº 07/16, de 21 de dezembro de 2016, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil – BACEN.

h. Provisões para Férias e Décimo Terceiro Salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos empregados de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% do que excede a R\$ 240 mil/ano do resultado antes do IRPJ. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS – PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

k. Utilização de Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

l. Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 30 de junho de 2017, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

Caixa e Equivalentes a Caixa	2017	2016
Depósitos Bancários	18	16
Cotas de Fundos de Investimentos	331.741	355.196
Total	331.759	355.212

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

n. Redução ao Valor Recuperável de Ativo

Os ativos imobilizados julgados relevantes, bem como os Bens Não de Uso Próprio, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	37.034	37.034	-	32.811	32.811
Cotas de Fundos de Investimento	331.741	-	331.741	355.196	-	355.196
Total	331.741	37.034	368.775	355.196	32.811	388.007

O montante de R\$ 37.034 em 2017 (R\$ 32.811 em 2016), correspondente a 4.150 títulos LFT's. código Selic 210.100, com vencimento em 01/09/2021, adquiridos junto ao Banco do Brasil S.A., com a finalidade de servir como fundo de liquidez conforme previsto na no artigo 6º da Resolução BACEN 2828, de 30 de março de 2001.

O montante de R\$ 331.741 em 2017 (R\$ 355.196 em 2016) refere-se a fundos de investimento exclusivo, aplicado integralmente em títulos públicos federais, e que são administrados pelo Banco do Brasil S.A.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS
a. Operações de Crédito

	2017	2016				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Empréstimos e Financiamentos						
- Setor Público	107.708	90.097	197.805	76.737	67.296	144.033
Empréstimos e Financiamentos						
- Setor Privado	111.938	401.475	513.413	106.693	410.888	517.581
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	743	21.793	22.536	1.214	22.488	23.702
	220.389	513.365	733.754	184.644	500.672	685.316
(-)Provisão para Operações de Crédito	(25.054)	(73.890)	(98.944)	(15.623)	(59.891)	(75.514)
	195.335	439.475	634.810	169.021	440.781	609.802

b. Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

	2017	2016				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Devedores Por Compra de Valores e Bens						
480	304	784	447	785	1.232	
(-)Provisão Operações com Característica de Operação Crédito	(9)	(6)	(15)	(8)	(15)	(23)
	471	298	769	439	770	1.209

	2017	2016				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Operações de crédito						
Operações com característica de operação de crédito	220.389	513.365	733.754	184.644	500.672	685.316
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	220.869	513.669	734.538	185.091	501.457	686.548
(25.063)	(73.896)	(98.959)	(15.631)	(59.906)	(75.537)	
	195.806	439.773	635.579	169.460	441.551	611.011

d. Classificação Por Níveis de Risco, Prazos e Provisão

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
• Até 180 dias	59.344	7.568	22.866	9.714	3.268	2.296	618	291	9.449	115.414	15,71
• De 181 a 360 dias	44.136	8.919	26.944	10.062	4.096	2.265	597	217	8.219	105.455	14,36
• Acima de 360 dias	109.465	47.673	171.218	79.373	18.906	15.158	4.867	1.668	48.352	496.680	67,62
Subtotal	212.945	64.160	221.028	99.149	26.270	19.719	6.082	2.176	66.020	717.549	97,69
Curso Anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	9	96	193	622	579	205	120	1.329	3.153	0,42
• De 61 até 180 dias	-	-	-	11	908	445	80	266	3.634	5.344	0,73
• De 181 a 360 dias	-										

f. Composição por Faixa de Valor e Nível de Risco

Operações	AA	Composição por montante - 2017								
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até R\$ 10.000	5	101	94	78	17	7	41	4	27	374
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	19	728	232	515	-	33	116	17	36	1.696
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	382	928	1.204	3.459	26	198	251	23	271	6.742
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	2.218	805	2.780	4.393	466	371	251	62	552	11.898
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	26.696	7.967	21.338	15.074	1.107	2.134	1.377	449	3.738	79.880
Acima de R\$ 500.000	183.625	53.640	195.476	75.834	26.184	18.000	4.349	2.007	74.833	633.948
Total	212.945	64.169	221.124	99.353	27.800	20.743	6.385	2.562	79.457	734.538

Operações	AA	Composição por montante - 2016								
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Até R\$ 10.000	44	54	81	43	6	9	6	3	36	282
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	251	181	233	366	124	-	31	-	167	1.353
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	687	1.837	2.228	1.563	360	36	127	-	581	7.419
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	2.086	2.022	5.596	3.593	343	93	54	-	824	14.611
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	24.722	12.417	23.557	13.391	525	1.302	881	863	4.836	82.494
Acima de R\$ 500.000	123.334	66.043	219.557	88.207	6.924	6.089	11.114	19.896	39.225	580.389
Total	151.124	82.554	251.252	107.163	8.282	7.529	12.213	20.762	45.669	686.548

g. Constituição da Provisão para Operações de Crédito e para Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2017		2016	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	212.945		151.124	
A	0,5%	64.169	321	82.554	413
B	1,0%	221.124	2.211	251.252	2.513
C	3,0%	99.353	2.981	107.163	3.215
D	10,0%	27.800	2.780	8.282	828
E	30,0%	20.743	6.223	7.529	2.259
F	50,0%	6.385	3.192	12.213	6.107
G	70,0%	2.562	1.794	20.762	14.534
H	100,0%	79.457	79.457	45.669	45.669
Total da Carteira Classificada		734.538	98.959	686.548	75.537
(-) Devedores por Compra de Valores e Bens		(784)	(15)	(1.232)	(23)
Operações de Crédito		733.754	98.944	685.316	75.514

h. Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e para Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no semestre:	2017	2016
Provisão para Operações de Crédito		
Saldo Inicial	98.543	53.852
Acréscimos/ (Decréscimos) no Período	17.684	26.220
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(17.283)	(4.558)
Total de Provisão para Operações de Crédito	98.944	75.514

Provisão para Outros Créditos com Característica Operação. Crédito		
Saldo Inicial	20	1.238
Acréscimos/ (Decréscimos) no Período	(5)	(1.215)
Total de Provisão Para Outros Créditos	15	23

Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos-Saldo Final	98.959	75.537
Créditos Lançados em Prejuízo e Recuperados	5.049	7.229

O montante acumulado de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa R\$ 235.131 em junho de 2017 (R\$ 213.009 em 2016).

6. OUTROS CRÉDITOS**a. Diversos**

	2017		2016			
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	976	-	976	882	-	882
Devedores Por Depósito em Garantia	-	4.133	4.133	-	5.663	5.663
Devedores Para Compra de Valores e Bens	480	304	784	447	785	1.232
Devedores Diversos - País	8.387	-	8.387	1.369	-	1.369
Impostos e Contribuições a Compensar	-	-	-	296	-	296
Outros	6	-	6	7	-	7
Total	9.849	4.437	14.286	3.001	6.448	9.449

b. Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2017		2016			
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa						
Com Características de Concessão de Crédito	(9)	(6)	(15)	(8)	(15)	(23)
Sem Características de Concessão de Crédito	-	(524)	(524)	-	(777)	(777)
Total	(9)	(530)	(539)	(8)	(792)	(800)

7. OUTROS VALORES E BENS

	2017		2016			
	Circu-lante	Longo prazo	Total	Circu-lante	Longo prazo	Total
Bens Não de Uso Próprio	7.192	-	7.192	7.165	-	7.165
Provisão para Desvalorização	(1.467)	-	(1.467)	(1.446)	-	(1.446)
Total	5.725	-	5.725	5.719	-	5.719

A conta de Bens Não de Uso Próprio registra os bens recebidos de clientes em dação em pagamento, ou através de processos judiciais, para quitação de débitos de financiamento em atraso. São contabilizados pelo saldo contábil dos contratos liquidados ou pelo valor da avaliação se esse resultar em valor menor que o valor contábil.

Anualmente é realizada avaliação para testar o valor recuperável desses bens, sendo que aqueles em que ficar demonstrado valor contábil maior que o de mercado, é constituída provisão para desvalorização de bens não de uso próprio.

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**a. Composição**

IMOBILIZADO	Taxa anual	2017	2016
	Depreciação		
Edificações	4%	3.016	3.016
Móveis e Equipamentos	10%	1.202	1.077
Equipamentos de Comunicação	20%	9	8
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.996	2.990
Sistema de Transporte	20%	149	149
Terrenos		532	532
Direito de Uso		1	2
Total		7.905	7.774
(-) Depreciações		(5.468)	(5.167)
Valor líquido		2.437	2.607

INTANGÍVEL

<tbl_header

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

DISCRIMINAÇÃO	2017	2016
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	19.210	12.324
(+/-) Efeito das Adições e Exclusões no Cálculo dos Tributos		
Diferenças Temporárias		
Provisões para Créditos de Liquidação Dúvidosa	17.417	25.078
Outras Provisões	2.685	2.229
Perdas no Recebimento de Créditos	(21.573)	(17.141)
Outras	(2.850)	(2.153)
Diferenças Permanentes		
Despesas não Dedutíveis	869	858
Base de Cálculo do IRPJ e CSLL		
Imposto de Renda à Aliquota de 15%	15.758	21.195
Imposto de Renda à Aliquota Adicional de 10%	2.364	3.179
Total do IRPJ	1.563	2.108
Base de Cálculo da CSLL à Aliquota de 20%	3.927	5.287
Total da CSLL	3.152	4.239

15. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

16. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Codesc, conforme demonstrado na nota 13. A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei. Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2017			2016
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Estado de Santa Catarina	Dividendos e Bonificações	(830)	(688)	(487)	(487)
CODESC	Dividendos e Bonificações	(769)	(637)	(1.524)	(451)
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei 13.438/2005	-	(127)	-	(140)
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei Roanet	-	(72)	-	(15)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(44)	(349)	(49)	(372)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Cedidos	-	63	19	68

A remuneração dos administradores no primeiro semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 709 em 2017 (R\$ 603 em 2016).

17. CAPITAL REGULAMENTAR
a. Patrimônio de Referência e Índice Basiléia

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através das Resoluções 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2017	2016
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	267.518	150.791
Nível I		
Patrimônio Líquido	534.518	540.791
Nível II	-	-
Deduções do Patrimônio de Referência	(267.000)	(390.000)
Destaque para Operações com o Setor Público	(267.000)	(390.000)
2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	730.407	709.530
RWA para Risco de Crédito	543.455	542.882
RWA para Risco Operacional	186.952	166.648
3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA (9,250% DE 2)	67.563	70.066
Parcela de Risco de Crédito (RWA CPAD)	50.270	53.610
Parcela de Risco Operacional (RWA OPAD)	17.293	16.456
4- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (1-3)	199.955	80.725
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR X 100) / (PRE /0,09250)	39,12%	21,26%
5- Parcela RBAN	5.013	2.814
6- MARGEM PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA + RBAN (4-5)	194.942	77.911
ÍNDICE BASILÉIA AMPLIO (Inclui RBAN)	36,42%	20,44%

b. Limite de Imobilização

	2017	2016
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	267.518	150.791
2- LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO (50% de 1)	133.759	75.396
3- SITUAÇÃO	2.437	2.715
4- MARGEM PARA IMOBILIZAÇÃO (2-3)	131.322	72.681
ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO	1,80%	1,80%

c. Situação do Fundo de Liquidez - Resolução Bacen 2828

	2017	2016
2- NECESSIDADE DE LIQUIDEZ (10% DO PASSIVO CIRCULANTE)	12.902	9.914
3- SITUAÇÃO DO FUNDO DE LIQUIDEZ	37.035	32.811
4- MARGEM DE LIQUIDEZ (2-3)	24.133	22.897

18. GESTÃO DE RISCOS E LAVAGEM DE DINHEIRO
Gerenciamento de Riscos

O Gerenciamento de Riscos da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - Badesc, é realizado pela Gerência de Controle Interno e Riscos - Gecor, subordinada ao Diretor-Presidente. As políticas de gerenciamento dos riscos estão dispostas em normativos internos, são revisadas anualmente e estão alinhadas aos objetivos da instituição.

Risco de Mercado

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. A metodologia utilizada para alocação de capital desse risco é o V@R (Value at Risk - Valor em Risco). A Agência acompanhou dia a dia o V@R das carteiras de aplicação, tanto financeiras quanto de aplicação em operações, monitorando por meio de indicadores sua exposição aos riscos extenos. O V@R não ultrapassou o limite definido pela Diretoria Colegiada de 3% da carteira de crédito da Agência.

Risco Operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Na gestão do Risco Operacional são identificados e avaliados os riscos operacio-

nais, buscando mitigar suas causas e minimizar as consequências financeiras, considerando os processos, pessoas, sistemas e eventos externos. Pela sua característica, o Badesc utiliza a abordagem do indicador básico (Basic Indicator Approach, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWApad).

Risco de Crédito

Decorre da possibilidade de ocorrência de perdas em função de um tomador de recursos deixar de cumprir suas obrigações financeiras nos termos pactuados. A Agência avalia e monitora mensalmente a classificação de risco da carteira de operações de crédito por meio de avaliação da perda (esperada e efetiva) com o nível de provisão contábil por conta do risco de cada operação. São gerados, em conformidade com a Resolução CMN no 2.682, relatórios que indicam o risco por faixa de classificação, avaliando-se os impactos potenciais para subsidiar a política de crédito da Agência. As parcelas referentes às exposições a risco de crédito, ponderadas pelos fatores de risco, estão refletidas no valor do RWApad.

Risco de Liquidez

Atendendo aos termos da Resolução Bacen 4.090/2012, a Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, entendido este como o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos e honrar suas obrigações observando diferentes cenários que possam alterar a disponibilidade/custos de recursos no mercado financeiro e afetar suas operações diárias sem incorrer em perdas significativas. São acompanhados de índices de liquidez, com monitoramento de fluxo de caixa e diversificação de fontes e prazos, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

Risco Socioambiental

Atendendo a Resolução Bacen 4.327/2014, a Agência instituiu e normatizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para a implementação, incorporação e desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios e na sua relação com clientes, colaboradores e demais pessoas impactadas por suas atividades. De acordo com essa PRSA, a atuação será norteada pelo conceito de desenvolvimento que inclua as dimensões econômica, social e ambiental, bem como pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da pessoa humana.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital da Agência tem o objetivo de assegurar o capital necessário para suportar suas operações, a otimização da relação risco x retorno da instituição e a realização de um planejamento da adequação do seu capital. Mensalmente os indicadores de gestão de capital são monitorados por meio dos riscos cobertos pelo PRE – Patrimônio de Referência Exigido e o seu Planejamento Estratégico.

Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A Agência possui em sua estrutura área específica para tratar da prevenção ao crime de lavagem de dinheiro. O Colav – Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro proporciona um importante avanço nas definições de políticas para conhecimento dos clientes e dos empregados, base das atividades de prevenção. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil - Bacen e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a Agência aumentou os controles sobre as práticas destes crimes informatizando relatórios e manualizando procedimentos de comunicação.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos – GECOR, localizada na sede da Instituição na Rua Almirante Alvim, 491 – Centro, Florianópolis (SC).

Administração
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Vice-presidente: José Claudio Caramori

Conselheiro: Carlos Alberto Chioldini

Conselheiro: Murilo Xavier Flores

Conselheiro: Miguel Ximenes de Melo Filho

Conselheiro: José Antônio de Mattos Neto

DIRETORIA EXECUTIVA

José Claudio Caramori

Diretor Presidente

Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

João Carlos Grando

Diretor Operacional

Olívio Karasek Rocha

Diretor Administrativo e Financeiro

Responsável Técnico

Amauri Evaldo Nau

Contador / CRC-SC 022.767/0-1

CPF 445.216.779-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
AOS
ACIONISTAS E ADMINISTRAÇÃO DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC
FLORIANÓPOLIS - SC
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes a 30 de junho de 2016

As demonstrações contábeis para o período findo em 30 de junho de 2016, foram auditados por outros auditores independentes, que em seu relatório datado de 12 de agosto de 2016, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 T SP**ROGER MACIEL DE OLIVEIRA**
CRC RS – 071.505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico**LUCIANO GOMES DOS SANTOS**
CRC RS – 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico